

Percepções do *agenda-building* na *Capricho*: a violência de gênero como dado cotidiano

Beatriz Vianna
Renata Tomaz

Resumo:

Este artigo se origina de pesquisa ampla que discute o agendamento da violência de gênero na imprensa feminina brasileira. Com auxílio de uma bibliografia que correlaciona os estudos do agendamento e do cotidiano com a teoria feminista pós-estruturalista, o trabalho investiga os processos de construção de agenda, também conhecido como *agenda-building*, no site da *Capricho*, uma das principais revistas brasileiras para o público adolescente. Para a discussão aqui realizada, foi analisado um *corpus* formado de publicações veiculadas na subeditoria “Violência” entre os meses de setembro de 2021 e setembro de 2022. Combinando os métodos de análise de conteúdo e estudo de caso, a investigação apontou, entre outros achados, para a percepção recorrente da violência de gênero como um dado cotidiano.

Palavras-chave: Violência de gênero; *agenda-building*; *Capricho*.

Perceptions of agenda-building at *Capricho*: gender-based violence as an everyday data

Abstract:

This article is derived from a broader research that discusses the agenda-setting of gender-based violence in the Brazilian women's press. Using a bibliography that connects agenda-setting and everyday life studies with post-structuralist feminist theory, this paper investigates the agenda-building processes on *Capricho* magazine's website, one of the main Brazilian magazines aimed at teenagers. The analyzed corpus includes publications from the “Violence” subsection, covering the period from September 2021 to September 2022. By combining the methods of content analysis and case study, the investigation points, among other findings, to the recurring perception of gender-based violence as an everyday occurrence, reflecting a concerning naturalization of such violence in the lives of Brazilian teenagers.

Keywords: Gender-based violence; agenda-building; *Capricho*.

Recebido em: 16.07.24
Aprovado em: 26.10.24

Beatriz Vianna

Beatriz Vianna é jornalista pela Escola de Comunicação da UFRJ e mestre em Mídia e Cotidiano pela UFF. Escreve e pesquisa sobre gênero, jornalismo e violência no contexto das mídias digitais.

E-mail: beatrizvianna1998@gmail.com

Renata Tomaz

Renata Tomaz é jornalista com mestrado e doutorado em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ). É professora adjunta e coordenadora do curso de graduação na Escola de Comunicação, Mídia e Informação da Fundação Getúlio Vargas (FGV ECMI). É também professora do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPG-MC/UFF).

E-mail: renata.tomaz@fgv.br

Estudos em Jornalismo e Mídia
v. 21, n. 1, jan./jun. 2024
ISSNe 1984-6924

Introdução

No Brasil, 33,4% das mulheres com 16 anos ou mais foram vítimas de violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou ex-parceiro em 2022, ultrapassando a média global de 27% relatada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Ao considerar outras formas de violência, o país contabilizou no mesmo ano mais de 50 mil casos por dia, estando as mulheres pretas e pardas mais suscetíveis a essas situações. Os dados são do relatório *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*, de 2023, realizado pelo DataFolha em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)¹.

Por mais alarmantes que sejam os números, nem sempre o noticiário evidenciou a violência de gênero como parte de um fenômeno maior, embora algumas mudanças possam ser reconhecidas principalmente nos anos 2000. Ou seja, é recente a interpretação desses altos índices como um dado estrutural, em vez de enquadramentos que tendem a culpabilizar a vítima ou individualizar o ato de violência (Varona; Gabarrón, 2015).

Uma vez que o tratamento midiático concedido à violência de gênero no Brasil assume múltiplas abordagens, refletindo a complexidade das mudanças e desafios que permeiam a própria sociedade, nos perguntamos: como a violência de gênero tem sido agendada na imprensa dita feminina? Como a pauta ajuda a construir e fortalecer uma agenda midiática de gênero em veículos voltados para mulheres? Na tentativa de responder essas questões, este artigo olha para o fenômeno da violência de gênero em um veículo que tem como potencial leitor o público feminino, a *Capricho*.

A escolha pela *Capricho* está vinculada aos resultados da análise de pesquisa anterior de onde se origina este trabalho. Nela exploramos os processos de construção das agendas midiáticas de gênero nas publicações de sites de revistas femininas. Combinando os métodos de análise de conteúdo (Moraes, 1999) e de estudo de caso (Yin, 2015), a investigação apontou, entre outros achados, para a percepção recorrente da violência de gênero como um dado cotidiano. O trabalho argumenta que a mobilização de termos, temas e abordagens feministas, a partir do fenômeno da violência de gênero, constrói uma agenda midiática de gênero que desloca manifestações de violência contra a mulher da ordem do extraordinário para o ordinário, tornando o que costumava ser pensado como excepcional em cotidiano (Vianna, 2024).

Para além disso, a relevância histórica e a forte presença no meio on-line também devem ser consideradas. Em 2021, *Capricho* acumulou cerca de 10 milhões de visitantes únicos no site e suas redes sociais somavam 15 milhões de seguidores, ultrapassando outros sites de mesmo nicho². Inicialmente uma publicação de fotonovela para mulheres adultas e de classes mais altas, o veículo da Editora Abril se popularizou no país enquanto uma revista adolescente em meio a um contexto de disciplinarização de comportamentos femininos — já latente com outras mídias — por meio da promoção de padrões de consumo à jovem leitora (Buitoni, 1986; Medeiros, 2015; Freire Filho, 2006; 2007).

Em formato exclusivamente digital, desde 2015, *Capricho* está organizada em editorias e subeditorias como a de “Violência”, que contempla consideravelmente casos de violência por razões de gênero, de onde coletamos as publicações que integram o *corpus* da pesquisa.

Para a presente discussão, o artigo recorre aos dados encontrados, relacionando-os à teoria feminista com viés pós-estruturalista (Scott, 1995; Louro, 1997; Butler, 2018) e à Teoria do Agendamento (Mccombs; Shaw, 1972), com destaque para definição de agenda-building (Cobb; Ross; Ross, 1976) na perspectiva jornalística. Soma-se a isso, uma tentativa de reforçar o cotidiano como um campo teórico (Maffesoli, 1985; 1987) oportuno para os estudos feministas e de agenda-

¹ Disponível em: <https://abril.link/CEICs>. Acesso em: 15 out. 2024.

² Os dados foram cedidos pela editora-chefe, Andréa Martinelli, em 2022 (Vianna, 2024).

mento. Pretendemos não só chamar atenção para uma atualização na abordagem da violência de gênero na *Capricho* com nítidas apropriações da agenda feminista, mas também para possíveis implicações nos estudos do agendamento que têm privilegiado o recorte de gênero (Hasan, 2016; Varona; Gabarrón, 2015).

Agendamento e *agenda-building*

Os efeitos da mídia sobre o imaginário social e seu impacto no cotidiano constituem a espinha dorsal das primeiras teorias da Comunicação e, até hoje, mobilizam uma série de debates. É o caso da Teoria do Agendamento ou *agenda-setting*, cunhada por McCombs e Shaw no início da década de 1970 que, além de representar uma mudança de paradigma para pensar o modelo comunicacional, se firmou como uma das principais teorias do campo. Inspirado nas pesquisas de Lippmann (2008), o estudo seminal de McCombs e Shaw (1972) buscou analisar a importância da mídia e do jornalismo no processo complexo de formação da opinião pública em diferentes instâncias.

Com uma série de testes e investigações, McCombs e Shaw (1972) analisaram empiricamente tal perspectiva através de uma metodologia de trabalho que identificou uma forte correlação entre a agenda da mídia hegemônica e a agenda dos eleitores indecisos da cidade de Chapel Hill durante as eleições presidenciais estadunidenses de 1968, que opôs o democrata Hubert Humphrey e o republicano Richard Nixon. Ao revisitar o trabalho, McCombs explica que “aqueles elementos enfatizados na agenda da mídia acabam tornando-se igualmente importantes para o público” (McCombs, 2009, p. 111).

Mais de 50 anos se passaram desde o estudo que deu origem à Teoria do Agendamento, somando a ele novas leituras e perspectivas (Camponez; Ferreira; Rodríguez-Díaz, 2020). Contudo, ainda que a premissa inicial tenha se mantido — aquilo que se discute em dada sociedade está diretamente relacionado a uma agenda socialmente construída — as formas como essas agendas vão ser elaboradas e propostas, bem como os atores que as endereçam, é que se modificam. O protagonismo da mídia hegemônica, por exemplo, não raro é desafiado por veículos independentes ou mesmo pelas mídias sociais no processo de pautar um tema. Não se trata, logo, de considerar o agendamento como um processo enfraquecido, mas sim fragmentado.

Essa fragmentação, marcada pela emergência de novos atores e de processos comunicacionais cada vez mais complexos, permite também que diferentes agendas ganhem força. É nessa perspectiva que Chaffee e Metzger (2001, p. 375) sinalizam um deslocamento da questão central da teoria do agendamento de “quais temas os *media* dizem às pessoas para pensar” para “quais temas as pessoas dizem aos *media* que querem pensar”. Um exemplo é o que ocorre com as agendas feministas, como mostraremos adiante.

Recuperamos, assim, o conceito de *agenda-building*, utilizado na literatura do agendamento para descrever e investigar o processo de construção das agendas (Cobb; Ross; Ross, 1976; Varona; Gabarrón, 2015; Camponez; Ferreira; Rodríguez-Díaz, 2020). O termo foi utilizado pela primeira vez para compreender de que forma se dá o processo de constituição e fusão das agendas pública e política.

Cobb *et al.* (1976) apresentam alguns modelos de *agenda-building*, envolvendo lideranças políticas, grupos ligados às estruturas governamentais e grupos que estão “fora” delas. Todos esses atores podem atuar direta ou indiretamente no processo de construção das agendas, compartilhando, contudo, do mesmo objetivo: fazer com que os temas selecionados integrem a agenda formal, uma espécie de agenda institucional, composta por uma lista de temas considerados dignos de atenção pelos tomadores de decisão, como autoridades, lideranças políticas e a própria mídia.

Em termos cronológicos, a *agenda-building* precede a *agenda-setting* por investigar as razões pelas quais alguns assuntos e até mesmo determinadas fontes

entram na agenda midiática e outros não (Araújo; Lopes, 2013). Enquanto os estudos da *agenda-setting* evidenciam a agenda midiática e sua relação com a agenda pública, as pesquisas da agenda-building se preocupam em analisar as escolhas dos veículos e de seus jornalistas que pouco fogem de uma aleatoriedade. Por essa razão é que, nos processos de construção das agendas midiáticas, deve-se considerar, sobretudo, as especificidades editoriais dos veículos em questão.

Embora essas abordagens teóricas tenham sido forjadas no âmbito de campanhas políticas nos Estados Unidos, seu uso em outros contextos se torna aplicável na medida em que é possível identificar a construção de uma agenda pública por meio de atores sociais. Essa dinâmica está presente, por exemplo, no esforço dos movimentos feministas em tornar o pessoal em político; o doméstico em público (Bandeira, 2014; Sardenberg, 2018; Hooks, 2019). A criação da subeditoria “Violência” na *Capricho* sinaliza essa movimentação, uma vez que reúne matérias que abordam predominantemente a violência de gênero, particularmente aquelas sofridas pelas mulheres no âmbito doméstico e institucional, como veremos à frente. As mudanças editoriais da revista não deixam de conversar com o contexto social em que surgem. O mesmo ocorre com o agendamento da violência de gênero, que passa a ganhar mais destaque a partir de seu alinhamento crescente com as pautas feministas liberais dos anos 1970 e 1980, especialmente influenciado pela atuação dos movimentos feministas no digital (Sardenberg, 2018; Medeiros, 2015).

Notas metodológicas

A pesquisa da qual este trabalho se origina investigou duas das mais relevantes publicações da imprensa feminina no Brasil, *Capricho* e *Marie Claire*, tomando como objeto de estudo, respectivamente, a subeditoria “Violência” e a editoria “Violência de gênero”. O *corpus* de análise foi formado por notícias publicadas nessas seções entre setembro de 2021 e setembro de 2022. O período escolhido diz respeito ao momento em que ambas as editorias se tornaram simultaneamente ativas para efeitos de comparação. Após a coleta e a catalogação de 272 notícias, elas foram submetidas à classificação de relevância midiática e editorial. Aplicamos duas regras para tanto: casos que se repetissem nos dois veículos e que tivessem, no mínimo, duas notícias em cada uma delas. Por meio desse filtro, chegamos a cinco casos de violência de gênero, de um total de 53 matérias³. Neste trabalho, contudo, contemplaremos somente as coberturas de *Capricho*, que reuniu 29 publicações (Tabela 1).

Tabela 1 - Apresentação do *corpus*

Caso	Nº de publicações em <i>Capricho</i>
Nego do Borel	5
Mariana Ferrer	5
Criança catarinense	5
Klara Castanho	8
Médico anestesista	6
Total	29

Fonte: Elaboração das autoras.

³ Em *Marie Claire* foram duas publicações do “caso Nego do Borel”; cinco do “caso Mariana Ferrer”; nove do “caso da criança catarinense”; quatro do “caso Klara Castanho”; quatro do “caso do médico anestesista” (Vianna, 2024).

A análise quanti-qualitativa se baseou nos princípios da análise de conteúdo (Moraes, 1999) e estudo de caso (Yin, 2015) por meio dos quais formulamos quatro categorias temáticas em duas etapas. Em um primeiro momento, classificamos as publicações entre os casos protagonizados por homens e os casos pro-

tagonizados por mulheres. Em nenhum caso, houve um homem vítima ou uma mulher agressora. Desse modo, definimos o eixo “Casos protagonizados por mulheres vítimas” e o eixo “Casos protagonizados por homens agressores”.

A segunda etapa de categorização se baseou em um dado formulado no âmbito da própria pesquisa: o acionamento de celebridades em pautas de violência de gênero. Do total de matérias coletadas inicialmente nos dois veículos no período analisado, 59% abordavam uma pessoa famosa como vítima ou agressora. Assim, aplicamos aos referidos eixos, respectivamente, os filtros “mulheres famosas” e “homens famosos”, o que nos levou às categorias de análise “Mulheres vítimas famosas”, “Mulheres vítimas não-famosas”, “Homens agressores famosos” e “Homens agressores não-famosos” (Tabela 2).

Tabela 2 – Categorização do *corpus* na *Capricho*

Eixo 1	Categoria	Nº total de publicações
Casos protagonizados por mulheres	Mulheres vítimas famosas	13
	Mulheres vítimas não-famosas	5
Eixo 2	Categoria	Nº total de publicações
Casos protagonizados por homens	Homens agressores famosos	5
	Homens agressores não-famosos	6

Fonte: Elaboração da autoras.

Pela limitação editorial de espaço, abordaremos um caso de cada categoria na cobertura de *Capricho*, a saber os casos: Klara Castanho; criança catarinense; Nego do Borel; e médico anestesista. Optamos pelo caso Klara Castanho em vez de Mariana Ferrer pelo fato do primeiro ter gerado mais notícias e, assim, facilitar a discussão num espaço diminuto.

A análise qualitativa decorre da interpretação do material, construída em torno de cinco perguntas norteadoras feitas para cada cobertura: Qual a narrativa adotada? Quem são os(as) interlocutores(as)? Quem são os personagens listados? De que forma a vítima e/ou agressor aparecem? Quais discussões feministas essas narrativas acionam? Essas perguntas foram definidas *a priori*, considerando a intenção da pesquisa de identificar, no *corpus*, fatores e figuras do *agenda-building*, conforme apresentado no tópico anterior.

Análise e resultados

O primeiro caso analisado está na categoria “Mulheres vítimas famosas” e faz referência a Klara Castanho. Em junho de 2022, a atriz da TV Globo, então

com 21 anos, confirmou em redes sociais que foi vítima de um estupro, engravidou e, de forma legal, entregou a criança à adoção direta após o nascimento. Segundo ela, a decisão em expor um processo legalmente sigiloso foi uma reação ao vazamento de informações equivocadas por parte do hospital. Jornalistas e apresentadores conhecidos por cobrir o “universo” de famosos levaram a público o acontecimento, repercutindo rapidamente na internet e na imprensa.

Foram oito notícias sobre o assunto na *Capricho*: duas sobre a carta aberta de Klara Castanho nas redes sociais; duas sobre a reação do público à divulgação da carta, sendo uma entre famosos e outra da família; uma que compila os principais pontos do caso; uma notícia com a resposta dela à reação do público e outra aos responsáveis por ameaçá-la e difamá-la nas redes sociais; e um editorial. A atriz, enquanto vítima, é a protagonista dos conteúdos. Na posição de agressor, contudo, estão a imprensa e a equipe médica do hospital, como o fragmento abaixo sugere.

[...] Castanho ainda disse ter sofrido com o descaso e mal atendimento da equipe médica à época [...]. A conspiração e exposição a que ela se refere aconteceu após a também atriz, Antonia Fontenelle, 49, sem citar o nome de Klara Castanho, dizer em uma live que uma ex-atriz mirim da TV Globo tinha entregado o filho para a adoção.⁴

Além da visibilidade concedida ao caso por se tratar de uma figura pública, a repercussão ganhou fôlego pela visibilidade de outras personalidades — artistas, atletas e influenciadores — que saíram em defesa da atriz. Em seus perfis de mídias sociais, destacaram a revitimização sofrida por Klara e denunciaram a violência institucional, devidamente nomeada, por parte da imprensa e do hospital. *Capricho* repercute esse engajamento e acrescenta dados por meio dos quais o caso individual ganha volume estrutural. No editorial “Ser menina e crescer livre de violências é um direito”⁵, em que cita o episódio envolvendo a atriz junto a outros casos de violência contra crianças e mulheres, a revista faz a seguinte observação:

A intimidade da atriz foi exposta sem a sua autorização [...]. Segundo dados do FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), uma mulher foi estuprada, em média, a cada dez minutos no Brasil em 2021. O estudo contabiliza 56,1 mil casos, incluindo estupros de vulnerável, com pessoas do gênero feminino como vítimas [...].⁶

No mesmo texto, a *Capricho* reforça o direito ao aborto legal em casos como o da atriz e defende que “crianças, meninas, adolescentes, jovens não deveriam ser obrigadas a ser mãe”. Há, ainda, uma discussão central sobre ética e moral em função da natureza do episódio e os debates por ele impulsionados nas redes sociais. Há também uma tentativa da revista de usar o caso para ampliar o cenário de violências e mostrar, com auxílio de números e entrevistas com fontes especialistas, como isso também ocorre com figuras anônimas.

No mesmo período em que a repercussão do estupro da atriz foi destaque na cobertura de violência de gênero, em junho de 2022, veio à tona o caso de uma menina de 11 anos, de Santa Catarina, impedida pela Justiça e equipe médica de realizar um aborto legal após ser vítima de estupro. O caso em questão é parte da categoria “Mulheres vítimas não-famosas”.

A criança, que teve a identidade preservada, descobriu a gestação na 22ª semana e tentou realizar o abortamento no hospital em conformidade com a lei brasileira, mas não conseguiu. Na ocasião, o Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC) encaminhou a criança para um abrigo longe da família em nome de sua segurança. Em trecho da audiência vazada, a juíza Joana Ribeiro Zimmer perguntou à vítima: “Você suportaria ficar mais um pouquinho?”. O furo foi dado pelos sites de jornalismo independente *The Intercept Brasil* e *Portal Catarinas*, pautando a imprensa hegemônica em seguida.

⁴ Disponível em: <https://abrir.link/BxuYI>. Acesso em: 15 out. 2024.

⁵ Disponível em: <https://abrir.link/jLzXC>. Acesso em: 15 out. 2024.

⁶ Disponível em: <https://abrir.link/tkppG>. Acesso em: 15 out. 2024.

Foram cinco publicações destinadas ao caso: uma sobre o impedimento do aborto; uma sobre a interrupção da gravidez; uma de repercussão de entrevista com a mãe da vítima; uma que traz a repercussão do caso na esfera midiática e legislativa, incluindo entrevista com fontes especialistas; e um editorial. A vítima, a família da vítima, o sistema de justiça, a legislação brasileira, o hospital e as jornalistas responsáveis pela denúncia sustentam a narrativa da revista. Já o autor do crime de estupro pouco aparece, sendo referido apenas como “suspeito” devido à ausência de uma confirmação legal. Logo, quem ocupa o lugar de agressor no enredo construído em *Capricho* são a juíza e a promotora, acusadas de assediar a vítima, bem como o hospital que negou o abortamento, posteriormente realizado.

A cobertura privilegia a denúncia e a resolução do caso, caminhando com a discussão, que se revela no âmbito da Justiça, para uma frente mais ativista que defende a importância do aborto legal e a proteção de crianças e adolescentes, mostrando em números como esses grupos estariam mais vulneráveis. Como exemplo, destacamos o editorial já mencionado em que a revista propõe um diálogo direto do caso da criança catarinense com os desdobramentos das violências contra Klara Castanho.

Atravessamos uma semana que não esperávamos viver: primeiro, a notícia de que uma menina de 11 anos, grávida após sofrer um estupro, foi induzida a desistir do aborto legal pela Justiça de Santa Catarina; depois, a Suprema Corte dos Estados Unidos revogou a permissão da interrupção da gravidez no país, um direito que ela mesma garantiu há quase 50 anos; em seguida, a exposição violenta de uma experiência traumática vivida em silêncio pela atriz Klara Castanho [...]. Para nós, da redação da *Capricho* é impossível não se posicionar diante do horror e da crueldade dos fatos que listamos acima [...].⁷

Em outro momento, *Capricho* aproveita a repercussão judicial do caso e propõe uma “discussão sobre o controle dos corpos” com intervenções diretas da jornalista no texto. Ela retoma o artigo do Código Penal que descreve o estupro de vulnerável e inclui dados do Anuário de Segurança Pública daquele ano, menção ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), resposta do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre o caso, além de entrevistas com uma advogada especialista em gênero e com um médico ginecologista. Com esse repertório, a revista endereça a discussão para o tema da legalização do aborto e traz novamente dados sobre o cenário da violência de gênero no país com uma perspectiva interseccional. Lê-se no trecho:

[...] Ao dificultar o acesso ao aborto legal, você não só fere um direito da mulher como contribui para desnivelar ainda mais a sociedade desigual em que vivemos, em tantos sentidos, e que tantas vezes faz mulheres se colocarem em situações de risco por falta de acesso, oportunidades e até mesmo respaldo da própria Justiça.⁸

Trata-se de uma discussão que extrapola o episódio em si e sublinha o aborto como uma questão de saúde pública. Em paralelo, aborda o controle de corpos femininos e de como a interrupção de uma gravidez indesejada, fruto de estupro, é encarada na sociedade, independentemente do que é previsto em lei. Por mais que a vítima não fale, até por ser menor de idade, sua narrativa é endossada por meio dos seus representantes legais e às fontes oficiais como o ECA e os profissionais da área do direito e da saúde.

As outras duas categorias são parte do segundo eixo, isto é, que diz respeito aos casos protagonizados por agressores. O caso Nego do Borel compõe a categoria de “Homens agressores famosos”, uma vez que o protagonismo do cantor de funk, acusado de assédio sexual, ultrapassa o da vítima em questão.

Em setembro de 2021, Nego do Borel, artista reconhecido no funk nacional, foi acusado pelos telespectadores de *A Fazenda 13* de assediar sexualmente

⁷ Ver nota de rodapé 3, p. 10.

⁸ Disponível em: <https://abrir.link/qIGSd>. Acesso em: 15 out. 2024.

a modelo Dayane Mello durante uma das festas do *reality show* da *TV Record*. As imagens que circularam nas redes sociais mostravam momentos em que a participante, visivelmente alcoolizada, se aproximava do cantor ao mesmo tempo que demonstrava insatisfação com suas atitudes. Após pressão do público nas redes sociais, a expulsão do cantor foi anunciada, seguida da exibição do depoimento da modelo à direção do *reality*, em que ela nega ter sido abusada, mas também afirma não lembrar de determinadas situações. À época, Borel já era investigado por violência doméstica contra a atriz Duda Reis, com quem se relacionou anteriormente.

Com a repercussão do fato nas redes sociais, *Capricho* estruturou a cobertura em torno de cinco notícias: uma sobre a denúncia dos internautas; uma notícia sobre a resposta da emissora; uma de repercussão do caso entre os participantes, incluindo a vítima; uma sobre a resposta da ex-namorada do cantor e, finalizando, uma de Borel respondendo às acusações. O público, que denunciou o assédio a partir das imagens do programa, e as ações de Nego do Borel, conduzem a narrativa. No círculo de personagens que ajudam a sustentá-la estão a modelo Dayane Mello, enquanto vítima; os espectadores do programa; a ex-namorada do cantor, Duda Reis; as assessorias de imprensa; e a *TV Record*.

Além de incluir os desdobramentos dentro do *reality show* — expulsão do cantor, depoimento da modelo, reação dos participantes —, *Capricho* mostra a repercussão fora do programa, entre o público, trazendo ainda as manifestações da ex-parceira de Borel, que o acusava de violência doméstica. O cantor assume papel central na cobertura como potencial agressor com publicação única dedicada à sua defesa: a reprodução de um vídeo dele nas redes sociais rebatendo as acusações de estupro.

Dayane Mello, como vítima, aparece pouco, seja por ela mesma ou assessoria. Ao tratar da repercussão do episódio no programa, a publicação “Dayane Mello já é desacreditada por homens em *A Fazenda*: ‘Não confio’”, de 27 de setembro de 2021, é a única que traz, mesmo que de forma breve, a situação do ponto de vista dela. É também o lugar em que a revista intervém e dialoga diretamente com quem lê. Um exemplo:

Você não precisa gostar nem confiar em pessoas que te despertam dúvidas, mas você não pode usar situações terceiras para desacreditar uma suposta vítima de abuso, por mais que não saiba de toda a história – e ainda mais por isso! Além de ser uma atitude machista, pois confere uma confiança cega à fala do homem, é um desserviço não só para com a vítima, mas para com toda a sociedade, uma vez que, na maioria dos casos, a mulher deixa de denunciar um episódio de violência por medo, vergonha e culpa – e esta sua atitude só reforça todo este sistema [...].⁹

O enredo deste caso aciona uma discussão sobre consentimento nas relações amorosas. A cobertura trouxe reflexões a respeito do crime de estupro de vulnerável e relacionamentos abusivos. A violência de gênero no âmbito amoroso, desvelada nesta categoria, reproduz um interesse histórico das revistas femininas de pautarem a intimidade das relações afetivas (Buitoni, 1986). Além disso, reitera a cotidianidade da prática ao repercutir um caso de violência dentro de uma relação amorosa. Apesar desta cobertura não trazer números como as outras, no Brasil, parceiros ou ex-parceiros aparecem como principais agressores, conforme consta no relatório mencionado no início deste trabalho. Comparando ainda às coberturas anteriores que conseguem oferecer uma dimensão maior do cenário, *Capricho* se atém às acusações do estupro envolvendo duas personalidades reconhecidas na mídia e, por tabela, a repercussão midiática que o fato em si gerou – mudança na dinâmica do *reality*; retratação nas redes sociais etc.

Indispensável falar, contudo, do indicador da raça, intrínseco a qualquer discussão de gênero. A visibilidade do cantor na amostra desta categoria também deve ser considerada à luz do fato de ser um homem preto sendo acusado de um

⁹ Disponível em: <https://abrir.link/mzyUi>. Acesso em: 15 out. 2024.

crime contra uma mulher branca – sobretudo em revistas cujas audiências são historicamente compostas por pessoas de classes mais altas (Medeiros, 2015; Freire Filho, 2006; 2007). Tal intervenção não possui intenção de reduzir ou apagar as acusações contra Nego do Borel. Porém, é de igual importância estarmos atentos às estruturas epistêmicas capitalistas sobre a qual veículos como *Capricho* se inserem. Afinal, isso acaba por refletir nos mecanismos que constituem os processos de construção de suas agendas.

A quarta e última categoria a ser analisada, denominada “Homens agressores não-famosos”, reúne seis publicações. O estupro cometido dentro de uma sala de parto pelo médico anestesista Giovanni Quintella, na rede pública do Rio de Janeiro, em julho de 2022, se destacou no *corpus* como a única cobertura em que se pôde observar o protagonismo de um agressor que não era identificado como figura pública.

A vítima do caso em questão foi violentada sexualmente após realizar um parto cesariano, ainda anestesiada, no Hospital da Mulher, em São João de Meriti, no Rio de Janeiro. O estopim das coberturas jornalísticas, incluindo a de *Capricho*, foi a prisão em flagrante do médico, registrada e divulgada em vídeo nas redes sociais. A equipe de enfermeiros do local já desconfiava da postura de Quintella e, por isso, resolveu filmá-lo com celular escondido em uma das salas de cirurgia.

Capricho cobre o ocorrido a partir de uma notícia sobre a prisão em flagrante do anestesista; uma sobre os desdobramentos judiciais do caso; e três que trazem atualizações sobre as investigações, incluindo o depoimento de uma das testemunhas, dados sobre novas vítimas e a notícia da conclusão do inquérito. Adicionalmente, utiliza o caso para construir uma pauta educativa sobre a ida ao consultório ginecológico e a publica em forma de lista.

Toma-se como norte as motivações da prisão do médico anestesista, preservando a identidade da vítima e tirando-a do centro da cobertura. Além do médico, ajudam a construir esse enredo a delegada do caso, as testemunhas, o judiciário, o Conselho Regional de Medicina (Cremesp), o hospital e os órgãos estaduais de saúde, internautas, lideranças políticas e influenciadores. Todos esses atores, envolvidos no caso ou apenas responsáveis por repercuti-lo nas redes sociais, ajudam a contar a história do ponto de vista da violência obstétrica.

Destacamos, assim, a publicação “Tudo o que pode e não pode acontecer no consultório do ginecologista”, veiculada por *Capricho* em 15 de julho de 2022. Entre as atualizações da investigação à notícia da conclusão do inquérito policial, o portal adolescente traz o caso para o cotidiano de seu público-leitor. Para tanto, baseia seus argumentos em dados e entrevistas com uma enfermeira obstétrica e uma psicóloga. Inicia-se, dessa forma, uma discussão sobre violência obstétrica, que acaba por desmembrar-se em uma discussão sobre educação sexual e cultura do estupro, conforme sinaliza o trecho:

[...] Segundo uma pesquisa desenvolvida pelo Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo) em 2018, obstetras e ginecologistas eram os profissionais mais denunciados por crimes de assédio e abuso sexual no estado [...]. Por isso, conversamos com Cinthia Calsinski, enfermeira obstétrica pela UNIFESP (Universidade Federal do Estado de São Paulo), e Lala Fonseca, psicóloga clínica especialista em terapia cognitivo comportamental, para entender o que pode e o que não pode acontecer no consultório do ginecologista.¹⁰

Cabe apontar que Quintella ocupava uma posição de poder dentro do hospital, lembrada na imprensa a todo momento. A posição que um indivíduo ocupa na sociedade influencia diretamente seu protagonismo na notícia (Traquina, 2005). Dito de outro modo, não se tratava de qualquer pessoa cometendo um crime, mas um médico anestesista. Jornalisticamente, tal hierarquia pressupõe um compromisso social, que, naquele contexto, fora rompido. E, para além dessa

¹⁰ Disponível em: <https://abrir.link/hVlzk>. Acesso em: 15 out. 2024.

quebra de contrato, ou até mesmo de expectativa, há o fator gênero ascendendo e sendo corroborado com ajuda de seus interlocutores.

Gênero, violência e cotidiano

Nas duas primeiras categorias, analisamos dois casos de violência sexual, que resultou em gestações não desejadas, e de violência institucional. A narrativa da *Capricho* mostrou que, além do estuprador, Klara Castanho e a criança catarinense foram vítimas de instituições públicas e privadas. Ambas as coberturas moveram a violência de gênero do âmbito privado para o público, indicando a inserção do pleito feminista de tornar o pessoal em político (Sardenberg, 2018), atribuindo responsabilidade a outros atores sociais.

As duas outras categorias abordam homens acusados de cometerem violência sexual contra mulheres em contextos de vulnerabilidade: ambas sob efeito de substâncias químicas que as impediam de se defenderem. Os dois casos aconteceram no âmbito de uma relação profissional estabelecida, seja no contexto do *reality show*, para o qual os envolvidos assinaram um contrato, seja no ambiente hospitalar em que a relação médico-paciente é regida pelo depósito de confiança. As regras previstas nesses contratos, todavia, não puderam garantir a segurança delas. A literatura feminista tem discutido como as relações de poder incidem nas relações de gênero (Scott, 1995; Louro, 1997; Butler, 2018; Hooks, 2019). Identificá-las é uma demanda crescente nos últimos anos como forma de enfrentar esse tipo de violência (Bandeira, 2014).

Observa-se um predomínio de vozes institucionais na construção das narrativas, refletindo uma escolha editorial que destaca o papel desses atores na compreensão do caso — muitas vezes, confundindo-se com as vozes das próprias vítimas. Essa prevalência também pode ser interpretada à luz dos debates feministas que enfatizam a necessidade de problematizar as instituições enquanto reprodutoras de violências estruturais contra grupos vulneráveis, como mulheres e meninas (Varona; Gabarrón, 2015; Hasan, 2016).

Aos termos, expressões e discussões que integram tópicos de uma agenda feminista — como direitos sexuais e reprodutivos, violência, dentre outros (Hasan, 2016) — são acrescentados dados oficiais, mecanismos legais e fontes especialistas como elementos estruturantes de uma agenda midiática de gênero para a *Capricho*. Aqui, entendemos gênero como construto social e expressão de poder (Scott, 1995); algo que não existe fora do discurso, assim como o sexo (Butler, 2018). Tomamos, portanto, o gênero sob uma perspectiva em que “não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (Louro, 1997, p. 22).

Quando falamos em violência de gênero, também resgatamos esse cenário de desigualdades capaz de atravessar as categorias pré-discursivas do gênero que reflete uma compreensão binária de sociedade. Dialogando com a pesquisadora brasileira Lourdes Maria Bandeira, a violência de gênero, dessa forma, presume “que as ações violentas em questão são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, que têm cenários sociais e históricos não uniformes” (Bandeira, 2014, p. 451).

É uma realidade, portanto, intrínseca ao cotidiano do que se compreende por gênero feminino. Dizer que é parte do cotidiano de um determinado grupo social, no entanto, não significa por extensão naturalizar o cenário. Na tentativa de trabalhar tal provocação, recorreremos à Maffesoli (1985) e seus estudos sobre o cotidiano ou, como prefere adotar, “vida cotidiana”. A rigor, esta é definida como “a vida sem qualidade, àquilo que se mostra de imediato, sem prévia classificação” (Maffesoli, 1985, p. 194). Em síntese, sua noção de cotidiano diz respeito a algo que está em constante transformação, que se faz no presente e, por isso, é puramente experiencial.

No que se refere à violência no cotidiano, esta poderia ser, em um primeiro momento, tomada como algo que perturbaria o fluxo ou o “encadeamento” da vida cotidiana. Ocorre que mesmo dotada de certa “monstruosidade”, Maffesoli (1987) encara a violência como parte da vida cotidiana. Cabe sinalizar, no entanto, que sua percepção provém de uma visão fenomenológica-compreensiva que se assume sobre a categoria. O autor mergulha em seu caráter ambivalente e complexo, encarando-a também no âmbito das manifestações de luta e resistência. O que nos interessa, contudo, é o entendimento que ele possui de como a violência está relacionada, em sua emergência, ao cotidiano.

Sendo assim, o referencial teórico e a análise empírica das publicações indicam a violência de gênero como prática que ganha forma na vida cotidiana e, sob a luz da teoria feminista, como meio para a manutenção de poder e da dominação simbólica masculina. Os veículos de comunicação, nesse aspecto, tornam-se dispositivos simbólicos com importante função na manutenção, ou não, da violência de gênero nas práticas cotidianas.

O processo de *agenda-building* na *Capricho*, é tangenciado por valores reconhecidamente feministas. Estes contribuem para que as pautas da agenda feminista sejam levadas à agenda da mídia e do público — não necessariamente nessa ordem, como lembram as revisões do agendamento que passam a encará-lo como um processo fragmentado (Camponez; Ferreira; Rodriguez-Díaz, 2020).

A pauta da violência de gênero em específico contribui para discussão ao oferecer um repertório próprio que transforma casos individuais em problemáticas sociais. Ao fazer isso, *Capricho* desloca a violência de gênero de um dado extraordinário — a violência sexual vivenciada pelas vítimas dos casos analisados — para um dado ordinário, ou seja, do cotidiano. Dessa forma, constrói uma agenda pública de questões de gênero a partir de episódios de violência sob esse recorte.

Considerações finais

Este trabalho se origina de dissertação de mestrado que observou de forma mais atenciosa o movimento realizado por *Capricho* — uma revista adolescente que historicamente centrava sua atuação no universo de moda, beleza e comportamento — em cobrir ostensivamente casos de violência de gênero, e em complemento, contextualizá-los de maneira didática para seu público leitor.

Para tanto, analisamos casos que atingiram pessoas famosas e não-famosas, corroborando o fenômeno da violência de gênero como parte do cotidiano e, assim, a afastamos da ordem do extraordinário, aproximando-a do ordinário, sem naturalizá-la. Diante disso, procuramos mostrar como foi construída tal percepção sobre a violência de gênero com a análise de notícias de uma subeditoria própria para isso. Concluímos, assim, que essa realização é reiterada no texto por meio da combinação de termos, expressões e discussões de agendas feministas com números. Estimula-se um diálogo direto com sua leitora jovem através de ligeiras intervenções no texto, indicando a presença de um “nós” forte na comunicação de *Capricho* com quem a lê.

Importante ressaltar que não coube ao artigo verificar em profundidade o que a *Capricho* entende por feminismo, embora possamos visualizar uma forte inclinação com vertentes liberais do movimento, já endossada em outras pesquisas (Medeiros, 2015; Freire Filho, 2006;2007). Valemo-nos, no entanto, de seu reconhecimento como um veículo feminista, como o mesmo declara (Vianna, 2024).

Reforçamos ainda que a análise se deu em um contexto parcial, com limitações editoriais, mas também do próprio recorte quando olhamos para os perfis dos atores envolvidos. Além da raça no caso Nego do Borel, a classe é um marcador crucial que permeia todos os casos, afetando diretamente a forma como a violência de gênero é vivenciada e interpretada midiaticamente. Pudemos nos de-

bruçar sobre a humanização da celebridade e questões derivadas em pesquisa anterior, e, apesar de não ser o caso do *corpus* deste artigo, reforçamos a importância de estudos do agendamento que mergulhem sobre estas camadas interseccionais.

No mais, entendemos que a contribuição e o desafio colocados neste trabalho estão em somar uma perspectiva feminista aos estudos do agendamento, desde as etapas de pré-seleção, que, como visto, possui muito a dizer sobre posicionamento e escolhas dos veículos no que se refere às questões de gênero.

Referências

ARAÚJO, R.; LOPES, F. Olhando o agenda-building nos textos de saúde: um estudo dos canais de fontes e fontes de informação. In: **8º CONGRESSO SOP-COM: Comunicação Global, Cultura e Tecnologia**, Lisboa, 2013. Disponível em: <https://abrir.link/SCevK>. Acesso em: 15 out. 2024.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-470, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://abrir.link/jKhho>. Acesso em: 15 out. 2024.

BUITONI, D. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. E-book.

CAMPONEZ, C.; FERREIRA, G.; RODRIGUEZ-DÍAZ, R. (Orgs.). **Estudos do agendamento: teoria, desenvolvimentos e desafios – 50 anos depois**. Covilhã: Livros LabCom, 2020.

CHAFFEE, S. H.; METZGER, M. J. **The end of mass communication? Mass Communication and Society**, v. 4, n. 4, p. 365-379, 2001. Disponível em: <https://abrir.link/ZRuta>. Acesso em: 15 out. 2024.

COBB, R.; ROSS, J. K.; ROSS, M. H. Agenda building as a comparative political process. **The American Political Science Review**, v. 70, n. 1, p. 126-138, 1976. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0003055400264034>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FREIRE FILHO, J. Em cartaz, as garotas superpoderosas: a construção discursiva da adolescência feminina na revista Capricho. **Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 102-111, mai./ago. 2006.

FREIRE FILHO, J. **Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

HASAN, V. El ingreso de la agenda feminista a la agenda de los medios. **La Trama de la Comunicación**, v. 20, n. 2, p. 127-143, 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1668-56282016000200007. Acesso em: 28 set. 2023.

HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LIPPMANN, W. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MAFFESOLI, M. **O conhecimento comum**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MAFFESOLI, M. **A dinâmica da violência**. Tradução de Cristina M. V. França. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.

MCCOMBS, M. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MEDEIROS, C. M. T. **Jovens e divas**: construção do feminino na mídia contemporânea. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <https://abrir.link/OnFWf>. Acesso em: 15 out. 2024.

SARDENBERG, C. M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inclusão Social**, Brasília, v. 11, n. 2, p.15-29, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://abrir.link/CKKnF>. Acesso em: 15 out. 2024.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://abrir.link/DhqWe>. Acesso em: 15 out. 2024.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

VARONA, D.; GABARRÓN, N. El tratamiento mediático de la violencia de género en España (2000-2012): agenda setting y agenda building. **InDret**, Barcelona, n. 2, abr. 2015. Disponível em: <https://abrir.link/YyxSr>. Acesso em: 15 out. 2024.

VIANNA, B. **Construções das agendas midiáticas de gênero na imprensa feminina**: Uma análise das coberturas de violência em Capricho e Marie Claire. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano). Instituto de Artes e Comunicação Social – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.